

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Data de aceite: 05/02/2025

Aline Patricia Campos Tolentino de Lima

Doutorado em Educação
Instituição de formação: Universidade de São Paulo (FFCLRP/ USP)

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intenção discutir o tema a Promoção da Saúde a partir de ações pedagógicas realizadas por meio da intersetorialidade entre Saúde e Educação no contexto do Programa Saúde na Escola (PSE).

Será apresentado uma breve contextualização dos objetos de estudo, iniciando pela concepção de Promoção da Saúde na Educação Básica que é fundamental para refletir sobre estratégias em relação a prevenção da saúde dos estudantes que frequentam a educação básica e muitas vezes vivem em contextos de vulnerabilidade social.

O objetivo deste estudo é compreender como as ações intersetoriais que são realizadas pelo Programa Saúde

na Escola (PSE) contribuem para a formação dos estudantes da Educação Básica.

Para o aprofundamento teórico será apresentado uma breve pesquisa bibliográfica sobre o Programa Saúde na Escola (PSE) e também um relato de experiência sobre ações intersetoriais em um município localizado no interior de São Paulo. Na próxima seção será tratado sobre o referencial teórico que este estudo está ancorado.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo está ancorado na fundamentação teórica da Promoção da Saúde na escola. Tal tema surgiu na década de 1980 no Canadá e depois foi difundido em outros países, de acordo com a Carta de Ottawa (OMS, 1986) e pode-se definir como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo”. Portanto, caracteriza-se pelo conjunto de estratégias para produzir

saúde tanto individual quanto coletivamente, por meio da articulação e cooperação intersetorial buscando realizar ações com os demais agentes sociais de proteção.

A autora Carvalho (2015) afirma que no Brasil, o marco histórico que introduziu a concepção sobre a Promoção da Saúde foi por meio da VIII Conferência Nacional de Saúde e da promulgação da Constituição cidadã, contribuindo para a compreensão em relação à saúde como um direito universal e a busca pela equidade. Além do que, ampliou a compreensão de que a saúde não é apenas a ausência de doença, ideia proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 1950 (CARVALHO, 2015), mas um estado positivo, referindo-se a uma rede complexa de interdependências e inter-relações.

Assim, pode-se afirmar que a saúde não pode ser considerada apenas como à ausência de doença, mas que amplia o olhar para diversos fatores como alimentação e nutrição, saneamento, habitação, boas condições de trabalho, oportunidades de educação, apoio social e estilo de vida responsável (NAKANO, GONÇALVES, 2019).

Para a formação integral dos indivíduos, segundo a Carta de Ottawa (OMS, 1986) é essencial que aprendam ao longo de toda a vida a preparar-se para as diferentes fases de desenvolvimento e essa ação formativa deve acontecer em diversos locais, como: escola, ambiente familiar, no trabalho, e em outros espaços comunitários.

A promoção da saúde no âmbito escolar parte de uma visão integral, multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário e social. Procura desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco em todas as oportunidades educativas; fomenta uma análise crítica e reflexiva sobre valores, condutas, condições sociais e estilos de vida, buscando fortalecer tudo aquilo que contribui para a melhoria da saúde, da qualidade ambiental e do desenvolvimento humano (PELICIONE; MIALHE, 2019, p. 33).

A promoção da saúde no ambiente escolar por meio da construção de parcerias, busca transformar o modelo tradicional educacional centrado apenas no professor, em que a escola funciona como território educativo (Singer, 2015) que integra de forma intersetorial os agentes sociais que compõem aquela região, promovendo um espaço de transformação e mudanças na forma de se pensar e construir saúde.

Nos territórios educativos, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano (COSTA, 2020, p.15). O território educativo se compromete com ações que promovam a equidade, a inclusão e a sustentabilidade.

O autor Santos (2005, p. 252) na perspectiva território parte da “compreensão do mundo como sendo um conjunto de possibilidades e, sugerindo que o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens de todas as instituições e de todas as organizações”.

O termo “território” é aqui compreendido na perspectiva apresentada por Singer (2015), como produto da dinâmica social na qual se tensionam sujeitos sociais, na apropriação do

espaço socialmente partilhado e sentido político-econômico e, na construção a partir dos percursos diários trabalho-casa, casa-escola, e, das relações que se estabelecem no uso dos espaços e agentes sociais ao longo dos dias e da vida das pessoas.

A escola dialoga com a sua comunidade no entorno bairro-escola, estabelecendo também o diálogo com a região que lhes são comuns (entre as escolas) que formam o território, tendo por meta final o diálogo com a cidade, ou seja, os territórios juntos formavam uma rede que dialoga entre si, potencializando a confluência para um diálogo educador e educativo, em que todos possam aprender e possam ensinar integrando os agentes sociais da saúde e educação.

Nesta perspectiva, as escolas como agentes sociais do território desenvolvem projetos político pedagógicos (P.P.P.) de forma democrática a partir das proposições da educação integral. Reconhecendo os saberes comunitários, abrangendo as problemáticas da região e promovendo a apropriação do território e a rede de agentes sociais (educação, desenvolvimento social, saúde, direitos humanos) de forma integrada construindo estratégias comuns para o trabalho (SINGER, 2015).

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2013, p.13).

Neste sentido, ao refletir sobre ações dos profissionais da saúde e educação na Educação Básica nos territórios educativos, é essencial considerar a promoção da saúde como fator determinante da sua prática, principalmente como educador junto à equipe e comunidade, o que requer do profissional mobilização de ações na compreensão da saúde para atuar em defesa da vida da comunidade (SILVA et al., 2018).

Os autores Silva et al. (2018) afirmam que o trabalho entre saúde e educação deve incorporar a intersetorialidade e a interdisciplinaridade como estratégias para o atendimento das necessidades de saúde dos sujeitos e dos contextos sociais. Portanto, no processo de educativo dos estudantes da Educação Básica é imprescindível a interação com os diversos agentes sociais e profissionais para a superação da fragmentação dos conhecimentos buscando uma melhor qualidade de vida da população.

Vieira e Belisário (2018) afirmam que a integração entre saúde e escola se fundamenta na intersetorialidade delineada por diferentes agentes sociais para a realização conjunta de intervenções promotoras de melhores condições de vida e saúde, possibilitando aos indivíduos e comunidades ampliação da autonomia e do autoconhecimento sobre sua vida em geral.

Assim, considera-se a intersetorialidade essencial para a promoção da saúde, já que a complexidade dos desafios sociais encontrados no ambiente escolar é significativa para apenas um setor conseguir ser efetivo em sua resolução (CARVALHO, 2015).

Carvalho (2015) afirma que a intersetorialidade é importante para atuar sobre questões sociais que interferem no processo saúde-doença-cuidado, e dentre as ações para consolidar a Promoção da Saúde encontram-se fora do setor da saúde. Destaca-se ainda o desafio da articulação destes diferentes setores como, por exemplo, educação, saúde e assistência social para ações que tenham impactos positivos nas condições de vida dos indivíduos e comunidade.

Com este artigo busca-se refletir sobre ações intersetoriais na Educação Básica voltadas para formação crítica dos estudantes em relação a interdisciplinaridade da saúde e educação.

3 | METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto para este estudo, foi realizada uma revisão de literatura a fim de coletar os dados acadêmicos. Para Marques et al. (2021) sintetizar as descobertas de pesquisas anteriores é uma das tarefas mais importantes para o avanço de uma linha específica de pesquisa bibliográfica.

Nesta seção do artigo, serão expostos os procedimentos metodológicos por meio de três fases: procedimentos de busca e seleção, critérios de seleção, e, análise descritiva e qualitativa dos artigos científicos.

Referente ao procedimento de busca e seleção ocorreu no mês de novembro e dezembro de 2024, através do banco de dados no *SCIELO* (Scientific Electronic Library Online) que já é um repositório que possui uma abrangência de publicações de artigos e é muito utilizado no meio acadêmico. As palavras-chave que foram utilizadas como descritores da pesquisa foram: “Programa Saúde na Escola” (PSE).

A busca resultou em vinte e cinco artigos, após a busca foram selecionados sete artigos para contribuir com a análise deste estudo, sendo que as publicações que foram consideradas são dos últimos dez anos. Para além dos artigos encontrados também foram utilizados para a revisão de literatura, obras sobre o tema publicadas no mesmo período, e um relato de experiência que aconteceu por meio de ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola (PSE).

Quadro 1: Relação de publicações selecionadas para a revisão de literatura

Autores(as)	Título do artigo	Ano de publicação
Baroni e Silva	Percepção de profissionais da saúde e da educação sobre o Programa Saúde na Escola	2022
Costa et al.	Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável	2022
Fernandes e Köptcke	Análise da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil de 2014 a 2019: um estudo transversal	2021
Lopes, Nogueira e Rocha	Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa	2018
Viera e Belisário	Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola	2018
Silva e Bodstein	Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na escola	2016
Batista, Mondini e Jaime	Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapeví	2014

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões referentes a pesquisa bibliográfica e também um relato de experiência, para o aprofundamento do tema proposto para este estudo sobre ações intersetoriais relacionadas ao Programa Saúde na Escola (PSE).

4.1 Saúde na Escola: Programa Saúde na Escola (PSE)

Este estudo, no intuito de ampliar as pesquisas científicas no campo da Promoção da Saúde na Educação Básica a partir do conceito da intersetorialidade, propõe um aprofundamento teórico por meio da pesquisa bibliográfica sobre o Programa Saúde na Escola (PSE). Trata-se de um Programa de políticas públicas intersetorial que visa contribuir para ações promotoras de saúde nas instituições escolares.

As aprendizagens de educação em saúde têm sido cada vez mais utilizadas como estratégia para promover a melhora da qualidade de vida da população na atualidade, aparecendo como prioridade nas novas políticas e programas de Estado voltados para o público em vulnerabilidade social, facilitando o acesso universal a educação e saúde por meio de uma rede de atendimento gratuita (BARONI; SILVA, 2022).

No Brasil, abordagem da saúde na escola foram agregados aos projetos nacionais conforme as políticas públicas foram aproximadas do movimento mundial das escolas promotoras de saúde (VIERA, BELISÁRIO, 2018).

Nos anos 1990, houve um esforço nacional para a apropriação do conceito de escolas promotoras de saúde e, em 2007, os Ministérios da Saúde e Educação elaboraram e aprovaram a regulamentação do Programa Saúde na Escola (PSE). A publicação desse decreto representou um marco no processo de apropriação do espaço escolar como campo de saúde. O PSE preconiza ações intersetoriais e de mobilização de parceiros na rede de atenção básica à saúde e ensino fundamental público (SILVA; BODSTEIN, 2016, p.1784).

O Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2007) integra uma política de governo fundamentada na intersetorialidade que atende os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). São eles: integralidade, universalidade, equidade, descentralização e participação social, promovendo a articulação de saberes e a participação de alunos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na formação integral voltada para a saúde e educação.

Os estudos das autoras Lopes, Nogueira e Rocha (2018) apontam que existe a uma relação cada vez mais horizontal entre os setores saúde e educação no PSE, para a importância do trabalho conjunto entre a sociedade civil organizada, pais, profissionais da saúde, educação, justiça, assistência social, e outros, como estratégias para diminuir fatores de vulnerabilidade e aumentar os fatores de proteção à saúde.

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa garantir a responsabilidade da Atenção Primária à Saúde (APS) com o território e sua população é permanente, incluindo a comunidade escolar. Nesse sentido, a realização de estudos científicos sobre o Programa Saúde na Escola (PSE) são essenciais, pois possibilitam a observação em relação às estratégias que são utilizadas nas ações intersetoriais nos territórios e a promoção da saúde das crianças e suas famílias, em função da redução das desigualdades sociais.

As escolas oferecem um enorme potencial de ação voltadas para Promoção da Saúde são evidentes os benefícios das intervenções de saúde na aprendizagem dos estudantes, além da motivação entre os pais e professores, no sentido de apoiarem as atividades de prevenção da saúde dos seus filhos (FERNANDES; KÖPTCKE, 2021).

Silva e Bodstein (2016) afirmam que o PSE busca garantir a articulação de ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das instituições escolares da educação básica pública, para ampliar o alcance e o impacto nas condições de saúde da comunidade escolar, melhorando os espaços, os equipamentos e os recursos disponíveis.

Este estudo busca apresentar reflexões sobre a organização dos serviços e na qualidade da assistência prestada aos usuários porque as ações intersetoriais a partir do PSE, são realizadas para os usuários do SUS que são os mesmos estudantes da Educação Básica, ou seja, são os mesmos sujeitos sociais que abrangem esse território educativo.

Portanto, refletir e pesquisar sobre as estratégias que são utilizadas na promoção da saúde entre os enfermeiros educador e professores nas ações que acontecem nas escolas que fazem parte do Programa Saúde na Escola (PSE) contribuem para a qualificação e formação do futuro enfermeiro.

Alguns estudos apontam que ainda existem desafios e limites em relação ao PSE no contexto escolar que perpassam pela falta do material didático, a ampliação do diálogo intersetorial e pela necessidade de uma formação continuada em serviço com os profissionais envolvidos (SANTOS, SILVA, NASCIMENTO, 2016). Neste sentido, o aprofundamento por meio de pesquisas científicas contribui para ampliação das reflexões e na busca de soluções para os desafios encontrados no cenário das instituições de educação básica.

Inclusive foi promovido pelo Ministério da Educação (MEC, 2024) e o Ministério da Saúde (MS) em dezembro de 2024, o Seminário Nacional do Programa Saúde na Escola (PSE) em parceria com universidades públicas com o objetivo de discutirem e planejarem ações voltadas à promoção da saúde nas escolas brasileiras, também realizaram o alinhamento de iniciativas para o biênio 2025-2026 e a implementação dos planos estaduais construídos pelos grupos de trabalho.

Na próxima seção será apresentado um relato de experiência que foi realizado a partir de ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola integrando formações para os profissionais da saúde e educação.

4.2 Relato de experiência: Ações intersetoriais entre saúde e educação

Este relato de experiência trata-se de uma ação formativa intersetorial entre saúde e educação que aconteceu no período que a autora atuava na Secretaria Municipal de Educação em um município do interior paulista como Chefe de Seção de Pré-escolas, para atuar como representante participar das ações formativas intersetoriais entre a Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde, para o planejamento e organização de ações do *Programa Saúde na Escola (PSE)*. Foi realizado um evento formativo com a participação de profissionais da saúde e educação em que foi apresentado a formação sobre “Práticas pedagógicas de integração entre saúde e educação: no contexto da Educação Básica”. O objetivo do evento foi a promoção e a integração das diretrizes da Saúde e da Educação, para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e da comunidade onde estão inseridos. Tal evento¹ contou com a participação de aproximadamente cento e oitenta profissionais da saúde e educação.

O objetivo do evento foi a promoção e a integração das diretrizes da Saúde e da Educação contemplando as ações previstas no Programa Saúde na Escola (PSE), para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e da comunidade onde estão inseridos.

¹ A reportagem deste evento está disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/porta1/noticia/saude-promove-i-encontro-municipal-do-programa-saude-na-escola_

Figura 1. Registro fotográfico do evento formativo do PSE



Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/saude-promove-i-encontro-municipal-do-programa-saude-na-escola>

O Programa Saúde na Escola (PSE) incentiva na atuação dos profissionais da saúde e educação no contexto da Educação Básica ações pedagógicas voltadas para a promoção da saúde por meio de da intersetorialidade e interdisciplinaridade, buscando agregar com à formação integral dos estudantes, pois, tem como objetivo a integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos (BRASIL, 2007).

Dentre os temas do PSE podem ser propostos projetos educativos que estejam integrados as ações do projeto político pedagógico (PPP) de instituições de ensino público da educação básica em parceria com os profissionais da saúde e educação, visando ações pedagógicas como atividade física e saúde, promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, prevenção do uso de drogas, educação permanente em saúde, entre outros.

No evento formativo também foi apresentado considerações referentes à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) que além da interdisciplinaridade também apresenta os Temas Contemporâneos Transversais, dentre os seis temas propostos destaca-se o tema saúde que pode ser trabalhado a partir de projetos educativos com os estudantes, por meio de problematizações em relação a questões de saúde na educação básica. O conceito de transversalidade contribui para a formação crítica e integral dos estudantes, pois o ensino disciplinar fragmenta o conhecimento em disciplinas e não relaciona com questões da atual sociedade contemporânea.

A transversalidade é tudo aquilo que atravessa os conteúdos e está diretamente relacionado ao contexto social contemporâneo por meio de uma problematização, como por exemplo, a questão da obesidade infantil os profissionais da saúde e educação podem desenvolver ações em um projeto educativo com os estudantes atuando como mediador do conhecimento para prevenção da saúde, refletindo sobre os aspectos de uma alimentação saudável.

O tema sobre educação alimentar foi abordado no evento formativa com a apresentação de registros de atividades que foram realizadas pelos profissionais da saúde e educação no segmento da Educação Infantil a partir de ações intersetoriais previstas no Programa Saúde na Escola (PSE). Como por exemplo, atividade de registro preventivo de antropometria de pesagem e altura das crianças.

Figura 2. Registro preventivo de antropometria



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A determinação da obesidade infantil é complexa e envolve, principalmente, fatores relacionados ao estilo de vida, como alimentação e atividade física, bem como condições socioeconômicas, culturais e demográficas, além dos fatores de ordem secundária, menos frequentes, como os genéticos e os distúrbios hormonais (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2014, p. 570).

Também foram planejadas e realizadas atividades estratégias didático-pedagógica em conjunto com os professores de Educação física de movimento, brincadeiras por meio

da ludicidade de montar o prato com alimentos saudáveis e também ações formativas com a comunidade escolar sobre educação alimentar.

5 | CONCLUSÃO

Como considerações finais deste artigo com a pesquisa bibliográfica e o relato de experiência apresentado destaca-se nas ações interdisciplinaridade entre saúde e educação compreende refletir e pensar em ações que integrem e aproximem essas grandes áreas, no intuito de promover a promoção da saúde na educação básica.

REFERÊNCIAS

BARONI, J. G.; SILVA, C. C. B. Percepção de profissionais da saúde e da educação sobre o Programa Saúde na Escola. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 103-115, nov. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042022e307>.

BATISTA, M. S. A.; MONDINI, L.; JAIME, P. C.; Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014*. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 569-578, jul. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300014>.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE**, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, dez. 2015.

COSTA, Natacha (org.). **Educação integral e territórios educativos**: práticas intersetoriais para a garantia de direitos das crianças e adolescentes. São Paulo: Equipe Aprendiz, 2020. 60 p.

FERNANDES, Lucas Agostinho; KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Análise da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil de 2014 a 2019: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742021000200008>.

LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 773-789, set. 2018.

MARQUES, Humberto Rodrigues; CAMPOS, Alyce Cardoso; ANDRADE, Daniela Meirelles; ZAMBALDE, André Luiz. (2021). Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 26, n. 3, p. 718-741. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/C9khps4n4BnGj6ZWkZvBk9z/?format=pdf&lang=pt>.

NAKANO, M. M.; GONÇALVES, M.F.C. Promoção da saúde na educação básica: um estudo com licenciandos em enfermagem. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 480-491, 2019.

SILVA, C.S.; BODSTEIN, R.C.A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na escola. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1777-1788, 2016.

SILVA, J.P.; GONÇALVES, M.F.C.; ANDRADE, L.S.; MONTEIRO, E.M.L.M.; SILVA, M.A.I. Promoção da saúde na educação básica: percepções dos alunos de licenciatura em enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm.**, v.39:e2017- 0237, 2018.

SANTOS, T. F.; SILVA, J. F.; NASCIMENTO, M. B. C. Programa Saúde na Escola: contribuições e limites na perspectiva dos professores. Anais do **SIMEDUC**, Aracaju (SE), p. 1-16, set. 2016.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SINGER, Helena (Org). **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015. (Coleção Territórios Educativos) v. 2.

VIEIRA, L. S.; BELISARIO, S. A. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde debate**, v. 42, n. 4, pág. 120-133, 2018.

VEIGA, I.P.A.(Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29 ed. Campinas: Papyrus; 2013. 192p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. FIOCRUZ. Promoção da saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, DF: Ministério da Saúde/IEC, 1986. p. 11-8.

PELICIONI, M.C.F.; MIALHE, F.L. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Santos, 2019. 632 p.